



RELATÓRIO FINANCEIRO MUNICIPAL

março 2016

NOTA PRÉVIA

O presente relatório tem por objetivo informar os eleitos locais do Município de Sintra da execução orçamental a março de 2016, através de uma análise sintetizada às receitas e às despesas, nas vertentes corrente e capital, bem como informar os níveis de endividamento do Município, no âmbito do regime financeiro das autarquias locais.

Inclui, ainda, informação relativa às entidades participadas nomeadamente dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS) e do setor empresarial local, pretendendo-se dar conhecimento da situação económico-financeira através da apresentação de um conjunto de indicadores.

Ao nível do Município salienta-se a regularização do diferendo judicial com a empresa SUMA, relativo a contratos antigos de prestação de serviços de limpeza urbana com a empresa municipal HPEM, EEM, através do acordo alcançado em sede de Tribunal Arbitral, que culminou com um pagamento de 2,2 milhões de euros.

No que concerne ao setor empresarial local, e na sequência dos procedimentos administrativos relacionados com o processo de extinção das empresas municipais, importa salientar que a SINTRA QUORUM, EEM, prorrogou o prazo de liquidação por mais um ano, conforme deliberação de reunião de câmara de 8 de março de 2016.

Ainda, relativamente ao setor empresarial local, de destacar a assunção de compromissos até ao ano 2048, pelo Município de Sintra, no âmbito do contrato de gestão delegada relativo à exploração e gestão integrada do sistema de resíduos urbanos dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, celebrado entre a Tratolixo, EIM, SA, e a AMTRES, conforme deliberações dos órgãos municipais de 16 e 23 de fevereiro de 2016.

Outro aspeto relevante está relacionado com a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), tendo o Município procedido à liquidação da segunda prestação durante o mês de março, não obstante o facto de se aguardar ainda pela decisão judicial da ação principal interposta.

1. SALDO ORÇAMENTAL

		Unid: €
		Receita cobrada vs despesa paga
(1)	Receitas correntes	25.542.590
(2)	Despesas correntes	24.915.575
(3)=(1)-(2)	Saldo corrente	627.015
(4)	Receitas de capital	960.727
(5)	Despesas de capital	3.855.076
(6)=(4)-(5)	Saldo de capital	-2.894.349
(1)+(4)	Receitas totais	26.503.317
(2)+(5)	Despesas totais	28.770.651
(7)	Reposições não abatidas	160.304
(8)	Saldo de gerência anterior	56.277.709
(9)=(3)-(6)+(7)+(8)	Saldo orçamental	54.170.679

A execução orçamental gerou uma poupança corrente de 627 mil euros, cumprindo-se, assim, o princípio do equilíbrio orçamental determinado no ponto 3.1.1. do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

O saldo orçamental no final do primeiro trimestre do ano ascendeu a 54,2 milhões de euros.

2. RECEITA

Unid: €						
Receita cobrada	mar-14	mar-15	mar-16	Var. Abs.	Var. %	Taxa execução
Receita corrente	23.295.167	28.206.837	25.542.590	-2.664.247	-9,4%	17,8%
Impostos diretos	7.085.696	9.968.929	7.799.060	-2.169.870	-21,8%	9,8%
Impostos indiretos	2.826.135	2.717.291	2.945.729	228.438	8,4%	68,7%
Taxas multas e outras penalidades	487.455	712.201	594.287	-117.913	-16,6%	22,2%
Rendimentos de propriedade	1.338.343	1.424.053	1.463.421	39.368	2,8%	24,1%
Transferências correntes	11.192.104	12.142.629	11.084.031	-1.058.598	-8,7%	24,5%
Venda de bens e serviços correntes	361.594	1.169.456	1.649.377	479.920	41,0%	31,6%
Outras receitas correntes	3.839	72.278	6.685	-65.593	-90,8%	6,7%
Receita capital	1.393.762	1.105.630	960.727	-144.903	-13,1%	7,5%
Venda de bens de investimento	0	290.670	406.258	115.588	39,8%	21,3%
Transferências de capital	1.348.443	265.752	553.707	287.955	108,4%	5,1%
Outras receitas de capital	45.318	549.208	761	-548.446	-99,9%	3,6%
Outras receitas	12.886	23.697	160.304	136.606	576,5%	106,9%
Reposições não abatidas nos pagamentos	12.886	23.697	160.304	136.606	576,5%	106,9%
Total	24.701.814	29.336.164	26.663.621	-2.672.544	-9,1%	17,0%

<p>↓ Impostos diretos – a diminuição é consequência, sobretudo, de uma menor receita arrecadada ao nível da derrama (-2 milhões de euros) e do IMI (-740,4 mil euros). A variação da derrama decorreu do facto da cobrança prevista no mês de dezembro de 2014 ter ocorrido em janeiro de 2015, o que influenciou a cobrança do ano anterior. Inversamente, verificou-se um acréscimo ao nível do IMT (+758 mil euros).</p> <p>↑ Impostos indiretos - a receita está maioritariamente relacionada com a cobrança anual à Lisboa das taxas de ocupação do subsolo (2,1 milhões de euros). O aumento registado verificou-se, sobretudo, ao nível da ocupação da via pública (+214,7 mil euros).</p> <p>↓ Taxas, multas e outras penalidades – a variação registada foi consequência da diminuição generalizada de várias rubricas, destacando-se, entre outras, os juros de mora (-113,2 mil euros). Contrariamente, verificou-se um aumento nos loteamentos e obras (+37,9 mil euros).</p> <p>↑ Rendimentos de propriedade – a receita está relacionada, sobretudo, com o contrato de concessão com a EDP para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, nomeadamente a renda respeitante ao primeiro trimestre de 2016 (1,3 milhões de euros).</p>	<p>Inclui, ainda, 125,4 mil euros de juros provenientes de depósitos bancários.</p> <p>↓ Transferências correntes – a diminuição registada justifica-se, principalmente, ao nível do enriquecimento curricular do 1.º ciclo (-773 mil euros), consequência da transferência desta competência para a Administração Central. Verificaram-se, ainda, oscilações significativas ao nível das rubricas do CAF (-714,5 mil euros) e das refeições escolares do 1º ciclo (+236,9 mil euros), que se justificam pela calendarização própria de cada ano no que concerne aos pagamentos da Administração Central.</p> <p>↑ Transferências de capital – incluem transferências financeiras no âmbito do FEF de capital (265,8 mil euros), da participação comunitária no PORLISBOA, relativo ao sistema de apoio à modernização e capacitação da administração pública (150 mil euros), e da execução de uma caução de um processo de alvará de loteamento (132,9 mil euros). O acréscimo está relacionado com as duas últimas situações descritas.</p>
--	--

<p>↑ Venda de bens e serviços correntes – a receita provém, sobretudo, das atividades de gestão dos refeitórios escolares e de exploração dos complexos desportivos, cujas receitas atingiram cerca de 768,8 mil euros e 339 mil euros, respetivamente. De salientar, ainda, o montante de 301,3 mil euros relativo a rendas, principalmente, 159,2 mil euros de habitação social e 142,3 mil euros de outros edifícios (não destinados à habitação).</p>	<p>↑ Venda de bens de investimento – a receita é proveniente da venda de edifícios (361,3 mil euros) nomeadamente a adjudicação provisória do Hotel Netto (200 mil euros) e de terrenos (45 mil euros).</p>
--	--

3. DESPESA

Unid: €						
Despesa paga	mar-14	mar-15	mar-16	Var. abs.	Var. %	Taxa execução
Despesa Corrente	16.862.187	23.388.662	24.915.575	1.526.913	6,5%	21,2%
Pessoal	9.833.949	10.846.530	11.260.484	413.955	3,8%	25,4%
Aquisição de bens e serviços	4.421.312	8.550.374	10.456.556	1.906.182	22,3%	19,0%
Juros e outros encargos	153.169	128.678	95.080	-33.599	-26,1%	48,2%
Transferências correntes	2.308.680	3.208.153	2.815.756	-392.396	-12,2%	16,8%
Subsídios	0	498.157	29.078	-469.079	-94,2%	96,9%
Outras despesas correntes	145.076	156.770	258.620	101.850	65,0%	20,1%
Despesa de Capital	3.649.522	2.817.600	3.855.076	1.037.476	36,8%	9,9%
Aquisição de bens de capital	414.749	691.992	1.055.574	363.581	52,5%	3,7%
Transferências de capital	82.099	139.736	200.504	60.768	43,5%	8,4%
Ativos financeiros	0	0	559.145	559.145	-	33,3%
Passivos financeiros	3.152.674	1.985.872	2.008.473	22.601	1,1%	31,7%
Outras despesas de capital	-	-	31.381	-	-	98,1%
Despesa Total	20.511.709	26.206.262	28.770.651	2.564.389	9,8%	18,4%

Unid: €					
Despesa por natureza orçamental	mar-14	mar-15	mar-16	Var. abs.	Var. %
Orçamento (funcionamento e empréstimos)	14.201.591	16.382.908	17.264.786	881.877	5,4%
Corrente	11.048.917	14.397.036	15.224.932	827.895	5,8%
Capital	3.152.674	1.985.872	2.039.854	53.982	2,7%
GOP (grandes opções plano)	6.310.118	9.823.354	11.505.865	1.682.512	17,1%
Corrente	5.813.270	8.991.625	9.690.643	699.018	7,8%
Capital	496.848	831.728	1.815.222	983.494	118,2%
Despesa total	20.511.709	26.206.262	28.770.651	2.564.389	9,8%

Unid: €					
Despesa paga - orçamento					
	mar-14	mar-15	mar-16	Var. abs.	Var. %
Funcionamento	11 048 917	14 397 036	15 256 313	859 276	6,0%
Pessoal	9 771 678	10 762 466	11 130 112	367 646	3,4%
Água e eletricidade	161 876	2 365 263	2 553 104	187 841	7,9%
Limpeza e higiene	248 864	290 584	284 316	-6 268	-2,2%
Locação de material informático/comunicações	41 666	31 189	203 179	171 991	551,4%
Combustíveis e lubrificantes	110 098	85 850	197 522	111 673	130,1%
Encargos de cobrança de receita	178 608	200 205	193 386	-6 819	-3,4%
Vigilância e segurança	146 033	217 855	189 231	-28 623	-13,1%
Seguros	58 135	27 374	105 293	77 919	284,6%
Juros e outros encargos	153 169	128 678	95 080	-33 599	-26,1%
Assistência técnica e outros trab. espec.	49 851	41 397	38 178	-3 219	-7,8%
Publicidade	4 530	24 821	37 282	12 461	50,2%
Material de escritório	24 918	30 973	33 466	2 493	8,0%
Impostos e taxas	7 973	19 176	31 065	11 889	62,0%
Locação de edifícios	31 420	25 972	25 393	-579	-2,2%
Conservação de bens	2 796	2 845	2 794	-51	-1,8%
Prémios, condecorações e ofertas	1 722	1 082	1 532	450	41,6%
Outras	55 581	141 306	135 377	-5 928	-4,2%
Amortização empréstimos	3 152 674	1 985 872	2 008 473	22 601	1,1%
Total	14 201 591	16 382 908	17 264 786	881 877	5,4%

<p>Despesas de funcionamento - o aumento registado encontra-se refletido sobretudo ao nível das rubricas de despesas com pessoal e locação de material informático.</p> <p>↑ Despesas com pessoal - o acréscimo resulta da atualização do salário mínimo nacional, da reposição salarial na sequência dos cortes remuneratórios instituídos e da internalização do pessoal afeto à Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.</p> <p>↑ Locação de material informático/comunicações – a variação decorreu do facto de uma maior eficácia na validação das faturas, face a uma maior conformidade das mesmas.</p>	<p>↑ Combustíveis – o aumento é justificado ao nível do gás, na sequência da transferência para a esfera do Município, durante o segundo semestre de 2015, dos contratos de fornecimento de gás da EDUCA, EEM, no âmbito do processo de internalização da empresa.</p> <p>↑ Seguros – a variação decorreu do facto de uma maior eficácia na validação das faturas, face a uma maior conformidade das mesmas.</p> <p>↓ Vigilância – a diminuição da vigilância está relacionada com o facto da faturação do mês de março ainda não ter sido rececionada.</p>
--	--

				Unid: €	
Despesa paga - GOP					
	mar-14	mar-15	mar-16	Var. Abs.	Var. %
Transferências correntes	2 308 680	3 188 195	2 815 756	-372 439	-11,7%
Subsídios	0	498 157	29 078	-469 079	-94,2%
Investimento direto e indireto	496 848	831 728	1 256 078	424 349	51,0%
Aquisição de bens e serviços	3 350 881	5 193 324	6 577 558	1 384 234	26,7%
Outras despesas correntes	153 709	111 949	268 251	156 302	139,6%
Outras despesas capital	0	0	559 145	559 145	-
Total	6 310 118	9 823 354	11 505 865	1 682 512	17,1%

↓ **Transferências correntes** - foram compostas, essencialmente, pelo apoio concedido às juntas de freguesia (1,5 milhões de euros), pelo financiamento das atividades relacionadas com a educação, nomeadamente a gestão escolar, com a conservação e manutenção (73,8 mil euros), o apoio à qualidade nas escolas (86,6 mil euros) e a componente de apoio à família pré-escolar (225,8 mil euros), pelo apoio financeiro às associações de bombeiros (345,4 mil euros) e pelas transferências no âmbito da ação social (399,8 mil euros), destacando-se o apoio às famílias (262,7 mil euros) e ao CCDS (112,5 mil euros). Esta rubrica sofreu um decréscimo de 372,4 mil euros, relacionada com o apoio das atividades de enriquecimento curricular, cuja responsabilidade foi transferida para o estado (-474,1 mil euros). Inversamente verificou-se um reforço da despesa ao nível da ação social (+116,4 mil euros), nomeadamente nas famílias (+139,6 mil euros).

↓ **Subsídios** – foram compostos por uma transferência financeira para a EDUCA, EEM, no montante de 29,1 mil euros, por conta das necessidades de tesouraria para fazer face à liquidação de honorários do fiscal único e da advogada e da indemnização por extinção do posto de trabalho de uma funcionária da empresa.

↑ **Aquisição de bens e serviços** – incorporaram, essencialmente, a indemnização à SUMA, na sequência do acordo estabelecido em sede de Tribunal Arbitral, no âmbito do processo de internalização da HPEM, EEM, (2,2 milhões de euros), o tratamento de resíduos sólidos urbanos (2 milhões de euros), aquisições de serviços relativas à gestão escolar para refeições (326,6 mil euros) e transportes (342 mil euros), aquisição de serviços relativos à limpeza pública (463,8 mil euros) e a informatização (212,6 mil euros). O acréscimo verificado está relacionado com a indemnização à SUMA.

↑ **Investimento** - O investimento direto incidiu maioritariamente sobre a rede viária e transportes (259,9 mil euros), a beneficiação e manutenção em edifícios municipais (162,6 mil euros), o Mercado de Queluz (141,5 mil euros), a iluminação (55,6 mil euros), a beneficiação e manutenção de edifícios escolares (62,5 mil euros) e a renovação da frota (55,7 mil euros).

Ao nível do investimento indireto, que ascendeu a 200,5 mil euros, salientam-se as transferências de capital para as juntas de freguesias, no âmbito dos protocolos para a conservação e manutenção de vias, no montante de 152,5 mil euros, e para as associações de bombeiros no valor de 31,3 mil euros.

↑ **Outras despesas de capital** - integra a liquidação da segunda tranche relativa à subscrição das unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal, vencida em dezembro de 2015, no montante de 559,1 mil euros.

								Unid: €		
Despesa paga - GOP por funções										
	mar-15				mar-16				Variação	
	Orçado	Pago	Tx Execução		Orçado	Pago	Tx Execução	Absoluto	%	
Funções Gerais	8.877.919	1.318.805		14,9%	10.303.385	1.337.115		13,0%	18.311	1,4%
Serviços Gerais da Administração Pública	7.215.519	960.949		13,3%	8.358.545	956.141		11,4%	-4.807	-0,5%
Racionalização dos Serviços	4.164.688	693.566		16,7%	3.898.555	513.711		13,2%	-179.855	-25,9%
Apreçamento dos Serviços	2.685.611	209.786		7,8%	3.857.650	378.368		9,8%	168.582	80,4%
Comunicação e Imagem	365.220	57.596		15,8%	602.340	64.062		10,6%	6.466	11,2%
Segurança e Ordem Pública	1.662.400	357.856		21,5%	1.944.840	380.974		19,6%	23.118	6,5%
Protecção Civil	1.594.600	355.401		22,3%	1.728.550	376.729		21,8%	21.329	6,0%
Polícia Municipal	67.800	2.455		3,6%	216.290	4.244		2,0%	1.789	72,9%
Funções Sociais	44.111.132	6.338.476		14,4%	53.507.665	7.253.380		13,6%	914.904	14,4%
Educação	15.073.412	2.338.470		15,5%	16.759.045	1.445.496		8,6%	-892.973	-38,2%
Ensino não Superior	10.865.612	1.398.917		12,9%	13.910.095	977.402		7,0%	-421.515	-30,1%
Serviços Auxiliares de Ensino	4.207.800	939.552		22,3%	2.848.950	468.094		16,4%	-471.458	-50,2%
Saúde	939.900	14.771		1,6%	3.658.360	43.244		1,2%	28.472	192,8%
Serviços Individuais de Saúde	666.600	800		0,1%	3.385.920	24.000		0,7%	23.200	-
Saúde Médico - Veterinária	273.300	13.971		5,1%	272.440	19.244		7,1%	5.272	37,7%
Ação Social	3.498.800	283.416		8,1%	4.615.940	423.013		9,2%	139.597	49,3%
Infância	459.300	5.772		1,3%	233.540	503		0,2%	-5.269	-91,3%
Terceira Idade	194.900	689		0,4%	463.970	731		0,2%	42	6,2%
Minorias Étnicas	186.200	12.207		6,6%	601.620	10.500		1,7%	-1.707	-14,0%
Empreendedorismo e Inovação Social	100.000	0	-		425.730	3.701		0,9%	3.701	-
Instituições / Famílias	2.008.400	149.565		7,4%	2.580.960	291.815		11,3%	142.250	95,1%
Ações Diversas	550.000	115.183	-		310.120	115.762		37,3%	579	-
Habituação e Serviços Coletivos	20.085.220	2.955.384		14,7%	24.816.370	5.160.705		20,8%	2.205.321	74,6%
Habituação	2.824.700	98.192		3,5%	1.614.620	76.025		4,7%	-22.167	-22,6%
Planeamento Urbanístico	224.700	0		0,0%	265.470	26.752		10,1%	26.752	-
Urbanização	1.474.100	15.839		1,1%	852.640	47.140		5,5%	31.301	197,6%
Requalificação Urbana	2.340.850	27.008		1,2%	4.040.530	36.160		0,9%	9.152	33,9%
Saneamento	3.435.950	529.111		15,4%	5.380.520	2.661.808		49,5%	2.132.697	403,1%
Resíduos Sólidos	7.858.820	2.027.179		25,8%	10.505.250	2.120.971		20,2%	93.792	4,6%
Ambiente	498.000	54.209		10,9%	536.150	50.695		9,5%	-3.514	-6,5%
Parques e Jardins	1.428.100	203.847		14,3%	1.621.190	141.154		8,7%	-62.692	-30,8%
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	4.513.800	746.434		16,5%	3.657.950	180.922		4,9%	-565.513	-75,8%
Património Histórico-Cultural	2.140.188	512.157		23,9%	926.060	58.702		6,3%	-453.456	-88,5%
Animação Cultural	838.460	19.982		2,4%	836.420	59.966		7,2%	39.983	200,1%
Desportos e Tempos Livres	1.246.752	213.210		17,1%	1.646.400	62.095		3,8%	-151.116	-70,9%
Juventude	215.600	1.008		0,5%	169.000	160		0,1%	-848	-84,1%
Cemitérios	72.800	76		0,1%	80.070	0		0,0%	-76	-100,0%
Funções Económicas	8.491.189	679.167		8,0%	10.989.870	753.240		6,9%	74.073	10,9%
Indústria e Energia	711.550	29.539		4,2%	937.350	102.863		11,0%	73.323	248,2%
Iluminação	711.550	29.539		4,2%	937.350	102.863		11,0%	73.323	248,2%
Transportes e Comunicações	6.914.739	595.902		8,6%	8.896.740	420.637		4,7%	-175.266	-29,4%
Rede Viária e Transportes	6.914.739	595.902		8,6%	8.896.740	420.637		4,7%	-175.266	-29,4%
Comércio e Turismo	864.900	53.725		6,2%	1.155.780	229.740		19,9%	176.015	327,6%
Mercados e Feiras	654.062	42.068		6,4%	589.900	156.910		26,6%	114.841	273,0%
Turismo	166.438	11.657		7,0%	496.480	62.131		12,5%	50.474	433,0%
Comércio	44.400	0		0,0%	69.400	10.700		15,4%	10.700	-
Outras Funções	9.330.200	1.486.907		15,9%	11.154.390	2.162.130		19,4%	675.223	45,4%
Transferências entre Administrações	9.330.200	1.486.907		15,9%	11.154.390	2.162.130		19,4%	675.223	45,4%
Total	70.810.440	9.823.354		13,9%	85.955.310	11.505.865		13,4%	1.682.512	17,1%

4. ENTIDADES PARTICIPADAS

	Unid: €				
	SMAS	HPEM	EDUCA	SINTRA QUORUM	EMES
Estrutura ativo					
Ativo líquido	105.751.297	824.477	108.474	188.877	1.296.077
Ativo não corrente	71.342.872	-	-	1.216	189.525
Ativo corrente	34.408.425	824.477	108.474	187.660	1.106.552
Estrutura capital					
Capital realizado/fundos/património	23.536.626	56.497	250.287	199.519	250.000
Capital próprio/fundos de capital/fundos próprios	85.867.940	-4.335.491	-936.932	-770.328	1.147.182
Resultado líquido	725.364	436.806	-10.033	-13.584	79.626
Estrutura passivo					
Passivo total	19.883.357	5.159.968	1.045.406	959.205	148.895
Provisões	1.930.506	253.570	53.396	-	-
Passivo MLP	1.930.506	253.570	53.396	-	-
Passivo CP	2.314.146	4.906.398	992.010	959.205	148.895
Passivo bancário	-	-	-	-	-
Fornecedores	1.225.209	2.562	69.386	84.359	22.793
Estrutura demonstração de resultados					
Total de rendimentos	15.596.432	447.699	7.502	-	180.268
Volume de negócios	15.031.378	-	-	-	180.267
Total de gastos	14.871.068	10.893	27.568	13.584	100.642
Gastos exploração	14.811.349	10.893	17.535	13.584	90.201
Gastos com pessoal	3.907.081	-	9.701	11.018	59.017
Gastos com pessoal/Volume de negócios	26,0%	-	-	-	32,7%

5. DÍVIDA A TERCEIROS

Unid: €				Unid: €	
Dívidas a terceiros CMS				Dívida a terceiros	
	mar-14	mar-15	mar-16		
(1) Endividamento*	81.731.087	69.725.557	41.901.934	CMS	43.117.400
Financiamento bancário	76.509.732	65.842.876	31.268.273	SMAS	2.314.146
Fornecedores	2.115.054	418.823	1.202.383	HPEM*	74.391
Outros credores**	3.106.301	3.463.858	9.431.277	EDUCA*	141.353
(2) Oper. Não Orçamentais***	1.508.331	1.959.029	1.215.467	SINTRA QUORUM*	409.578
Total (1+2)	83.239.418	71.684.586	43.117.400	EMES	148.895
<small>* Inclui endividamento de curto e médio e longo prazo</small> <small>** Inclui o FAM (7,1 milhões de euros)</small> <small>*** Inclui as rubricas estado e retenção por fornecedores de imobilizado</small>				Total	46.205.763
O financiamento bancário representa cerca de 72,5% do total da dívida a terceiros da CMS.				A dívida da CMS representa cerca de 93,3% do total da dívida a terceiros do universo do Município de Sintra.	

Unid: €			
Dívida a fornecedores			
	< 90 dias	> 90 dias	Total
CMS	1.202.383	0	1.202.383
SMAS	1.225.209	0	1.225.209
HPEM	2.562	0	2.562
EDUCA	1.646	67.740	69.386
SINTRA QUORUM	12.129	72.230	84.359
EMES	22.793	0	22.793
Total	2.466.723	139.970	2.606.693

A dívida a fornecedores da CMS representa 46,1% do universo do Município de Sintra e a dos SMAS representa 47%. No que concerne às empresas, a EDUCA, EEM e a SINTRA QUORUM, EEM apresentam dívidas a fornecedores superiores a 90 dias.

6. CONTROLO DA DÍVIDA TOTAL

	valor	coeficiente*
1. Limite dívida total n.º 1 art. 52º da Lei nº 73/2013)	307.949.464	1,5
2. Dívida total a 01/01/2016	48.130.315	-
3. Margem absoluta para 2016 (1)-(2) (alinea b) do n.º 3 art. 52º da Lei nº 73/2013)	259.819.149	-
3.1. Utilização máxima da margem para 2016 (alinea b) do n.º 3 art. 52 da Lei nº 73/2013)	51.963.830	-
4. Limite máximo da dívida para 2016 (2)+(3.1)	100.094.145	
5. Dívida total a 31/03/2016	42.895.677	0,22
5.1. Contribuição CMS	40.863.784	0,20
5.2. Contribuição SEL	2.031.893	0,02
SINTRA QUORUM, E.E.M	259.168	
EDUCA, E.E.M.	71.422	
SMAS	1.685.913	
AMTRES	1.666	
Fundação Cultursintra	11.818	
ANMP	486	
Município, SA	807	
AMPV	612	
6. Redução da dívida em 2016 (2)-(5)	5.234.638	-

* coeficiente calculado de acordo com o art.58º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
Nota. Dados do 1º trimestre reportados à DGAL

Relativamente ao perímetro municipal verificou-se um nível de endividamento na ordem dos 42,9 milhões de euros, um coeficiente de 0,22, sendo o limite máximo permitido por lei de 1,5.

Durante o primeiro trimestre, o Município conseguiu reduzir o nível de endividamento em cerca de 5,2 milhões de euros, não utilizando a margem disponível para aumentar a dívida, isto é, 20% da margem absoluta apurada.

NOTA FINAL

A execução orçamental do Município, durante o período em análise, gerou uma poupança corrente de 627 mil euros, verificando-se assim, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental imposto pelo POCAL.

Ao nível da receita, o Município apresentou uma cobrança no montante de 28,8 milhões de euros, equivalente a uma taxa de execução de 18,4%. Em termos comparativos observou-se uma menor cobrança, centrada nos impostos diretos, sobretudo, na derrama, atendendo a que o ano 2015, encontrava-se influenciado pela cobrança excecional de receita correspondente a 2014 (-2,2 milhões de euros).

Relativamente à despesa, esta ascendeu a 28,8 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de 2,6 milhões de euros, justificado ao nível da despesa corrente (+1,5 milhões de euros), face à liquidação à SUMA de 2,2 milhões de euros, na sequência do acordo conseguido em sede de Tribunal de Arbitral, face ao litígio existente, e da despesa de capital (+1 milhão de euros), decorrente da liquidação da segunda tranche relativa à subscrição do FAM.

A dívida a terceiros ascendeu no final do período a 43,1 milhões de euros, dos quais 31,3 milhões de euros referem-se a dívida bancária, encontrando-se o Município a cumprir o limite de endividamento legalmente imposto pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais. Em relação ao nível da dívida total verificou-se uma diminuição de 5,2 milhões de euros durante o primeiro trimestre do ano.